

António dos Santos Pereira

PORTUGAL O IMPÉRIO URGENTE (1475-1525)

OS ESPAÇOS, OS HOMENS E OS PRODUTOS

Vol. I



temas portugueses

AO MARCELO E À PRISCILA

NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS

Há cerca de uma década que o texto da nossa tese de doutoramento foi redigido em extenso formato académico e apresentado numa primeira edição de vinte exemplares à Faculdade de Letras de Lisboa.

Não é, pois, um título inteiramente desconhecido este que agora a Imprensa Nacional quis editar. Mereceu algumas referências em histórias gerais e uma ou outra mais de obras específicas, contudo não podia naquele formato atingir um público largo, desperto para as matérias da história da indústria em Portugal, que desde o século XIX têm conhecido o interesse de políticos, eruditos e homens de cultura em geral, muitos negando a apetência industrial do País. Apelidado este de império comercial ou colonial, entendiam que pouco importava indagar acerca da esfera transformadora, no período em causa, por inexistente, concluíam, apoiando-se sem mais em títulos de autores consagrados e criando preconceitos em gerações e gerações de estudantes. Quão difícil indagar o que aparentemente não existe!

Nós cometemos a suprema heresia — pegamos no tempo de consagração daquele modelo de império e demonstramos a capacidade manufactureira do País em todos os sectores, num certo esforço mesmo, porventura demasiado e comprometedor a prazo, para a quantidade de recursos disponíveis. Abateram-se pinhais, devesas de carvalhos e soutos para fazer madeira. Devastaram-se montados de sobro e azinho para produzir carvão. Esgotaram-se as melhores pedreiras. Poucos períodos da história portuguesa conheceram tanta azáfama nos campos e nas cidades. Abriram-se novas arroteias, expandiram-se os olivais e as vinhas, multiplicaram-se os linhares. Não houve cidade ou vila que não sentisse as melhorias no parque habitacional, no equipamento produtivo e nos edifícios eclesiásticos. Com raras exceções, a popula-

ção aumentou nos lugares de que dispomos dados. Foram atraídos imigrantes de quase toda a Europa. A prosperidade parecia geral.

Só a prazo se podia entrever a crise. O império aberto e sustentado nesta aptidão realizadora era demasiado vasto, exigia sobremaneira de um povo cujos equilíbrios apoiados em teias produtivas centenárias e localizadas se tornavam difíceis de retomar, se rompidas aquelas, por vezes pela falta de um único elemento, o depositário da tradição que por ambição mudava de ofício ou em missão embarcava para Além-Mar.

Para a realização deste trabalho, contámos com o apoio inicial da Universidade dos Açores. Particularizamos uma palavra de gratidão ao seu reitor, Prof. Doutor António M. B. Machado Pires, cujo estímulo foi decisivo nos primeiros passos dados.

Depois da nossa transferência, em 1987, para a Universidade da Beira Interior, as fases de investigação e redacção puderam ser cumpridas com a compreensão e o apoio do seu reitor, Prof. Doutor Humberto Passos Morgado, manifestos mais claramente na dispensa de serviço docente no ano lectivo de 1992-1993.

A Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, em 1987-1988, o INIC e a JNICT, em 1989-1993, apoiaram-nos financeiramente com bolsas de estudo; nos colegas do Departamento de Sociologia e Comunicação Social, colhemos sempre palavras de estímulo.

Sem dúvida, o nosso maior reconhecimento vai para o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, que nos aceitou com empenho, pela apresentação do saudoso amigo comum o Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira, e assumiu a direcção desta tese, cabendo-lhe muitos dos méritos da realização da mesma. Só o seu apoio nos permitiu a inscrição em doutoramento na Faculdade de Letras de Lisboa, onde nos tínhamos iniciado na aprendizagem do ofício de historiador, guardando dela a mais alta consideração.

Não podemos deixar de citar alguns espaços onde passámos em missão de investigação e sempre encontrámos gentileza nos serviços prestados, em especial o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo da Universidade de Coimbra, o Arquivo Distrital de Viseu, a Biblioteca Nacional de Lisboa, os Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, a Biblioteca João Paulo II da UCP, a Biblioteca e Arquivo da Guarda e a Biblioteca Pública e Arquivo de Leiria. Gratos ficámos também à Academia das Ciências de Lisboa, à Academia

Portuguesa da História, à Sociedade de Geografia de Lisboa, ao Centro de Documentação e Informação do Instituto de Investigação Científica Tropical, à Divisão de Documentação e Informação da Direcção-Geral das Florestas, à Câmara Municipal da Guarda, à Câmara Municipal de Viseu e à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cujo director, Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, nos premiou com algumas das suas edições documentais por nós solicitadas.

Ao desenhador José Peres, que sempre nos tem prestado oportuna colaboração, agradecemos, de novo, o esmero posto na elaboração dos mapas e das figuras insertas.

Na composição final dos dois volumes desta edição, uma palavra de apreço à equipa incumbida pela Imprensa Nacional para a revisão das provas, ilustração e apresentação, particularizada na pessoa de Dona Lúcia Reis.

Àqueles que esquecemos, humildemente pedimos perdão com a certeza que lhe reconhecemos os méritos da prestimosa ajuda.

INTRODUÇÃO

«Muitos historiadores [...] começam actualmente a aperceber-se de que a Revolução Industrial se anuncia muito antes do século XVIII.»¹

A historiografia portuguesa aumentará a sua credibilidade quando os diferentes sectores da economia forem mais pertinazmente abordados, ao longo dos tempos, com a óbvia análise da participação dos vários estratos sociais e agentes qualificados na esfera produtiva e a audaciosa representação dos respectivos quadros mentais, ideológicos e culturais.

Torna-se imperioso salientar a minudência conseguida nas descrições das estruturas políticas e das instituições jurídicas, do seu evoluir e da sua transformação, que os mais cotados historiadores portugueses têm conseguido elaborar. Em quase todos se nota a séria preocupação da conferência e da aplicabilidade das mesmas na vida real e no quotidiano. Particularmente assinalados foram já os momentos de conflito, rejeição, violência e revolta, até à quase definitiva imposição do Estado aos mais recônditos espaços do território nacional.

Sobremaneira difícil se tem demonstrado a percepção do papel de cada grupo na ascendência aos órgãos de poder e da sua dimensão no universo da sociedade portuguesa: ainda não dispomos de uma história da nobreza, dos mercadores, dos burgueses, do mundo urbano, do campesinato ou da ruralidade, dos mestres, dos artífices, dos operários, prosseguida não na perspectiva de parcelar a história, mas de a encarar correctamente na sua globalidade. A revisão sectorial, em longa duração, beneficiaria também do imprescindível auxílio, felizmente aceite pela maioria dos historiadores, que as ciências sociais, hoje em franco desen-

volvimento, podem prestar, na esteira de mestres predecessores como Rebelo da Silva, Oliveira Martins, Costa Lobo e João Lúcio de Azevedo ².

Obviamente, desvendaram-se já aspectos do quotidiano daqueles grupos, o seu empenho nesta ou naquela conjuntura, embora comumente apenas nos grandes centros ou em relação com eles, por exemplo: a acção dos ricos-homens, dos cavaleiros-nobres, dos nobres em geral, na definição do Estado Português e na arrogação do mesmo, na quase exclusividade, até à Baixa Idade Média: a progressiva predominância dos legistas na assunção das rédeas da governação e a importância dos mercadores e mesterais mais prósperos, dos lavradores abastados, como geradores de receitas, como suportes do Estado e com demonstrada capacidade de reivindicação ou negociação nos momentos críticos.

Porém, ainda não foi possível mensurar a sua quota-parte na dinâmica económica global como financeiros, consumidores, produtores, armazenistas ou intermediários em tempos alongados. Mesmo as instituições eclesiásticas, tal como o Estado, abundantes de documentação remanescente, permanecem sem obras de conjunto que perspectivem a sua evolução, para além da espiritualidade, na dinâmica da vida material do todo colectivo.

Virgínia Rau, António H. de Oliveira Marques e Jorge Borges de Macedo produziram até agora as mais bem sustentadas intervenções no âmbito específico da história da produção em Portugal, todavia privilegiando outros períodos, a Idade Média, aqueles, o século XVIII, este ³. Assim, as mais largas informações sobre o assunto, no período em causa, colhem-se paradoxalmente numa história geral, como a de Joaquim Veríssimo Serrão ⁴.

Trabalhos de reconhecido mérito científico e informação acumulada constituem também as teses, recentemente publicadas, de José Marques, Iria Gonçalves, Maria Helena da Cruz Coelho, ou, as mais antigas, como as de Maria José Pimenta Ferro Tavares e António de Oliveira ⁵. Inúmeras monografias, algumas de inegável qualidade científica, sobretudo as realizadas no âmbito de provas académicas, têm vindo a cobrir sistematicamente o território nacional em diferentes épocas: o vale de um rio, uma comarca, um termo concelhio, uma ilha, um mosteiro, um santuário, uma cidade ou vila ou tão-só uma rua ⁶. Porém, não se procedeu até agora a uma ordenação dos informes resultantes e, deste trabalho disperso, não resultou sequer uma história das nossas cidades, uma história urbana e muito menos uma história dos nossos campos, rural.

Assim, tem-se revelado praticamente impossível um tratamento sistemático da economia portuguesa, mormente no período que nós propusemos, «desde a produção à circulação na dupla dimensão dos mercados e do comércio internos, aos mercados e comércio externos»⁷. Com efeito, consideramos este tanto mais pertinente quanto a contumaz preocupação que «entre as inter-relações complexas que revela a história nenhuma merece um estudo mais profundo e denso que a do sistema económico e social com os meios técnicos»⁸. A atenção a estes é prestada no sentido da reconstrução da instância de interacção entre tecnologia e cultura espiritual e das afectações mútuas⁹. Devendo conferir-se de igual modo os espaços de confluência entre as esferas político-administrativa e económica mais ainda quando é comumente aceite que, neste período, assistimos a um «movimento renovador da administração económica do Reino»¹⁰. A gradual generalização da economia de mercado terá pressionado no sentido da uniformização governativa nos âmbitos civil, militar e mesmo eclesiástico.

Ora o tema que desenvolvemos, contributo para a história da indústria portuguesa, pretende cobrir um sector de actividade que não beneficiou até hoje de um correcto enquadramento na economia global do País, no período delimitado. A opção tornava-se lícita depois da análise minuciosa e paciente das diferentes actividades transformadoras levada a cabo por Sousa Viterbo, e do concomitante levantamento de formidáveis massas documentais, esforço em que foi acompanhado por Anselmo Braamcamp Freire¹¹.

Tal estudo apresentava-se ainda mais atraente porquanto na época em causa houve transformações decisivas para o evoluir da Humanidade no seu conjunto e de Portugal em particular, por força de fenómenos já notados. Destes, relevamos o crescente urbanismo e mais amplamente, a revolução que se operou nos finais do século XV e começos do século XVI pela qual, com maior ou menor celeridade, em todos «os países do Ocidente, a economia passa do estádio urbano ao nacional e da autarquia à especialização»¹². No preciso momento em que surgem «algumas concentrações capitalistas, comerciais e ou industriais», que contribuirão para a aceleração dos consumos e conseqüente melhoria da qualidade de vida de estratos mais largos da sociedade¹³.

Assentamos, pois, que no período abordado houve progressos quer na produtividade agrícola com o desenvolvimento das culturas especulativas pelo apelo do mercado quer «em ramos artesanais como na metalurgia, nos têxteis e na indústria extrac-

tiva»¹⁴. Pressupomos também que, mesmo nos quadros mentais, ainda que mais lentamente, se operaram alterações em virtude de novos «valores sociais, económicos e religiosos de conteúdo distinto dos anteriores»¹⁵. As consequências destas divisamo-las na nova interpretação do universo patenteada na ardência arquitectónica de «excessos ornamentais» do manuelino, na multiplicação dos estilos por cada artista e por cada região e na intensa produção bibliográfica da primeira metade do século XVI¹⁶. No entanto, não devemos deixar de notar a permanência de aspectos culturais ainda «largamente vinculados a um passado medievalizante relativamente próximo», no primeiro quartel da referida centúria¹⁷.

Particularmente, interessam-nos os novos aspectos na área da transformação caracterizados por grandes investimentos de capital fixo e mão-de-obra intensiva emergentes da pressão da procura, consequência do aumento populacional, do renascimento de grandes metrópoles, da prosperidade de alguns estratos sociais e da afirmação do Estado mercantilista dentro e fora das fronteiras do País. Porém, não deixaremos de focar a produção de pequenas empresas, quase sempre de dimensão familiar, as simples oficinas, sobretudo quando integradas em mercados mais vastos pela acção dos mercadores-financeiros, de uma feitoria régia, ou pela proximidade de feiras ou mercados importantes.

Assim, o núcleo das actividades indagadas compor-se-á por aquelas hoje denominadas de base, transformando matérias-primas consideradas estratégicas por responderem às necessidades elementares das populações: alimentação, vestuário, habitação. Com empenho, desenvolveremos as que decorrem de especializações económicas nacionais ou de projectos estatais, naquele caso, a extracção do sal e as imprescindíveis conservas, a pisoagem, os curtumes, a serração e, neste, a metalurgia, a fundição, a grande construção naval e também a biscoitaria.

A insistência sobre estas últimas permitir-nos-á contrariar J. Vicens Vives que pretende que «a transição para a monarquia de tipo moderno se inicia no Ocidente Europeu com as grandes operações navais empreendidas por Carlos V contra os turcos em 1535»¹⁸. Com efeito, os argumentos que utiliza permitem-nos adiantar aquela data algumas décadas, se não para o reinado do Príncipe Perfeito, pelo menos para o de D. Manuel I. «A necessidade de armar mais homens, de acumular armas, abastecimentos e dinheiro num lugar determinado», a prevalência dos factores técnico e financeiro promovida pela administração sobre os factores herdados da Idade Média já se tinha verificado com estes dois mo-

narcas portuguesas em larga escala. Na sua prática governativa, podemos conferir uma acção interventora qualificada em todos os sectores da economia, na agricultura, na indústria, no comércio, na sociedade, na assistência e na cultura. Assim, a modernidade acontece simultaneamente à perda de importância do Mundo Mediterrânico e ao fulgor do Mundo Atlântico a que Portugal serve de pórtico.

Ainda que importante este objectivo não o consideramos exclusivo na realização deste trabalho. Mais do que justificar o passado desejamos esclarecer o presente. Ao cartografarmos a distribuição da produção portuguesa de Quinhentos, assinalaremos as regiões de tradição manufactureira e de cultura industrial, capazes de formar um sistema produtivo local «coerente, integrado e diversificado» e as situações de monoindústria, sem capacidade de repercussão e «muito dependentes do mercado de um produto e da evolução de uma certa tecnologia»¹⁹. Assim, observaremos as situações regionais particulares, os modos de vida, designadamente os modos de produzir, as características urbanas e as rurais. Consideraremos os custos, a energia e os transportes, as indústrias motrizes, os pólos de desenvolvimento. Para além dos meios, não deixaremos de identificar agentes e seguir percursos.

A nossa tese procura atingir directamente apenas o espaço português, embora não possamos abstrair do seu enquadramento na economia europeia e mundial. No entanto, temos dificuldade em aceitar para o tempo as definições de outros autores como I. Wallerstein, ainda que consigamos trabalhar com as mesmas no âmbito nacional, portanto, a escala reduzida. Mais insistentemente utilizaremos as variáveis propostas pela teoria da regulação.

A dimensão e a complexidade deste trabalho, que tantos já delinearão apontando a urgência da sua realização, neste magno período da história portuguesa e mundial, justificarão algumas falhas na vasta bibliografia consultada e nas espécies manuscritas levantadas na perspectiva anunciada sobretudo porque, para além da mais fácil pesquisa dos núcleos documentais nos arquivos públicos, se apresenta muito difícil o acesso aos informes dos acervos particulares, «livros de contas», «correspondência dos mercadores», «estatutos das empresas» e aos melhores fundos notariais²⁰.

Na tradição historiográfica receptiva às contribuições das ciências sociais, prosseguimos, de preferência, as nossas abordagens do processo produtivo através dos instrumentos fornecidos pela antropologia e pela economia. Com aquela, pretendemos desven-

dar as formas específicas da cultura produtiva e se possível de expressão simbólica. Com esta, os movimentos globais, atendendo à poupança, ao investimento, ao consumo e à produção articulada com a reprodução social.

Depois de muitas hesitações, optámos por um título metafórico para a presente edição e subtítulo original muito aberto. Michel Morineau utiliza expressão equivalente para um dos subcapítulos da sua obra *Le XVI^e Siècle — 1492-1610*²¹. Maria Helena da Cruz Coelho e João José Alves Dias subscreveram trabalhos com expressões quase equivalentes²².

Reconhecemos sem dúvida a influência de Morineau, no tocante ao objectivo, afinal de toda a História Económica, a conferência da dualidade homem/subsistências e Maria Helena da Cruz Coelho, mais do que com o citado título, influenciou-nos com a contribuição profunda que nos trouxe a sua tese de doutoramento sobre o Baixo Mondego. A dissertação de João José Alves Dias é um estudo de demografia histórica sem preocupação com a economia.

Ambiciosamente, colocamo-nos na esteira braudeliana, no cruzamento da Geografia com a História, na pretensão de conferir o movimento do homem e das suas implantações, as suas relações sociais e as suas produções. A nossa tentativa de demonstrar a capacidade produtiva portuguesa, no período em causa, justifica-se, pois, entretanto, concretizam-se também as industrializações de duas cidades marítimas como Lisboa: Veneza e Londres.

Quanto à delimitação cronológica (1475-1525), porque nos movimentamos nos âmbitos da História Económica, só indevidamente assentariámos no recurso a eventos político-militares, actos diplomáticos ou outros para a mesma. Poderíamos ter optado pelo espaço de um reinado (D. Manuel) ou dois (D. João II e D. Manuel I), preferimos o período padrão, de meio século, comum nos trabalhos de Demografia Histórica e de História Económica, um ciclo de Kondratieff, ainda que difícil de abalzar na época.

A nossa tese não se propõe justificar acontecimentos de arranque ou de fim de processo, embora os mesmos não faltem. O nosso objectivo é conferir o andamento dos complexos económicos no seu âmago, no território português. Globalmente assinalamos, no entanto, um conjunto de medidas de mercantilização da economia portuguesa, no início do período proposto por nós. Dirigismo régio de todos os movimentos mercantis no reino e no império, com implicações político-administrativas e produtivas. Os anos de crise cerealífera, a necessidade de mobilização de recur-

tos para projectos régios e a consequente atenção à contabilidade dos mesmos. A subjugação dos movimentos dos agentes estrangeiros a operarem no Reino à Coroa parecem evidentes no princípio do período.

Se ainda assim quiséssemos ligar algum acontecimento ao início do período, indicariamos a falência da política de supremacia ibérica empreendida por D. Afonso V e manifesta na batalha de Toro em 2 de Março de 1476. O fim estaria marcado obviamente pelo casamento de D. João III com D. Catarina.

Situamos o tema dentro de condições amplas, não usando o termo conjuntura no trabalho para o tempo aqui em causa, avisados por Pierre Vilar. No entanto, todo ele é marcado por uma chegada volumosa de ouro ao Reino, cerca de 700 kg anuais entre 1480 e 1520, segundo Pierre Vilar e V. M. Godinho, e a uma alta dos preços no segundo quartel aqui analisado ²³.

Quanto à dimensão do espaço geográfico delimitado, porque conhecíamos o trabalho de Jorge Borges de Macedo, abrangente de todo o território português, no século XVIII, o de David Justino, no século XIX, e o de José Maria Brandão de Brito, no pós-Segunda Grande Guerra, quisemos fazer o mesmo para os finais do século XV e princípios do século XVI, conferindo a existência de um espaço económico nacional com persistências e tradições industriais ²⁴. Assentamos, pois, que no período há já uma economia nacional que se sobrepõe às economias regionais e locais, que as catalisa através de um centro motor: Lisboa.

NOTAS

¹ Fernand Braudel, *A Dinâmica do Capitalismo*, 3.^a ed., Lisboa, Teorema, 1989, p. 53.

² Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Teoria da história e historiografia», in *Ensaio III*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, pp. 230-231, e Pierre Chaunu, *Histoire Science Sociale. La durée, l'espace e l'homme à l'époque moderne*, Paris, SEDES, 1974, pp. 53-54.

³ De Virgínia Rau devemos salientar os trabalhos que elaborou para provas académicas: *As Feiras Medievais Portuguesas*, 1943 (licenciatura), *As Sesmarias Medievais Portuguesas* (doutoramento) e *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal — Estudo de História Económica*, 1951 (professora extraordinária); de António Henriques de Oliveira Marques, o mais precioso contributo à historiografia portuguesa parece-nos continuar a ser a *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A Questão Cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed., Lisboa, 1978. De Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Quercus, 1982.

⁴ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, *O Século de Ouro (1495-1580)*, 2.^a ed., Editorial Verbo, 1980.

⁵ António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, primeira parte, 2 vols., Coimbra, 1971; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, 1989; José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vols., s. l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 2 vols., Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, INIC, 1982 e 1984.

⁶ O Baixo Mondego tem despertado particular atenção, favorecida pela abundância de documentação. Para além da notável tese, já citada, de Maria H. da Cruz Coelho, note-se o trabalho de Maria Olímpia da Rocha Gil, à data inovador, *Arroteias no Vale do Mondego durante o Século XVI. Ensaio de História Agrária*, Lisboa, Faculdade de Letras, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1965. Os arquipélagos da Madeira e particularmente o dos Açores têm beneficiado de uma atenta política cultural por parte dos seus governos regionais e das suas universidades, tendo sido publicada muita da documentação essencial para a escrita da sua história e apoiada a edição de alguns trabalhos de síntese.

De entre algumas monografias sobre centros urbanos, citamos as de Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, 1981, e de Rita Costa Gomes, *A Guarda Medieval 1200-1500*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

⁷ Aurélio de Oliveira, «O NW (os portos do NW) do comércio à expansão. Proposta de projecto de trabalho», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. I, *D. João II e a Política Quatrocentista*, Porto, Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, p. 561.

⁸ Georges Friedmann, «Esquisse de Quelques Problèmes», in *L'Homme, la Technique et la Nature*, par Jean Gasson, Georges Friedmann, Luc Durtain et alii, Paris, Editions Rieder, 1938, p. 17.

⁹ Otto Mayr, *Authority, and Automatic Machinery in Early Modern Europe*, The Jhon Hopkings Press ltd., s. d., p. xvii.

¹⁰ José Marques, *op. cit.*, p. 396.

¹¹ Sobre a importância, para a compreensão do período, das cartas de quitação publicadas por Anselmo B. Freire, cf. Vitorino Magalhães Godinho, «Portugal e os Descobrimentos», in *Expresso*, de 12 de Dezembro de 1987, p. 64-R.

¹² Cf. Maria Asenjo González, «Oligarquias Urbanas en Castilha en la Segunda Mitad del Siglo XV», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. IV, *Sociedade, Cultura e Mentalidades na Época do Cancioneiro Geral*, p. 413, e Paul Faure, *O Renascimento*, Publicações Europa-América, 1977.

¹³ J. Vicens Vives, «A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII», in António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

¹⁴ Armando de Castro, «A expansão ultramarina portuguesa: uma aventura ecuménica», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. I, p. 324.

¹⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, *O Século de Ouro (1495-1580)*, p. 87.

¹⁶ George Kubler, *A Arquitectura Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa, Vega, p. 6, e Pedro Dias, «O mudejarismo», in *Arquivo Coimbrão*, vol. XXVII-XXVIII, pp. 348-349.

¹⁷ José Adriano de Freitas Carvalho, «O contexto da espiritualidade portuguesa no tempo de Fr. Bartolomeu dos Mártires (1514-1590)», in *Bracara Augusta*, XLII, n.º 93 106, 1990, p. 103.

¹⁸ J. Vicens Vives, *op. cit.*, pp. 212-213.

¹⁹ José Reis, *Os Espaços da Indústria. A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 91.

²⁰ Manuel Nunes Dias, «Dinâmica dos metais alemães na rota do cabo», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. III, *Economia e Comércio Marítimo*.

²¹ Michel Morineau, *Le XVI^e Siècle (1492-1610)*, 1968.

²² Maria Helena da Cruz Coelho, *Homens, Espaços e Poderes, Séculos XI-XVI. II — Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

²³ Pierre Vilar, *Oro e Moneda en la Historia (1450-1920)*, Barcelona, Editorial Ariel, 1974, pp. 92 e 109.

²⁴ David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional — Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega, 1988; Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Quercus, 1982, e José Maria Brandão de Brito, *Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): o Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

ABREVIATURAS

abs. = arrobas
aqs. = alqueires
ams. = almudes
ats. = arráteis
bls. = balas
brs. = barris
c. = cereal
cns. = canadas
cs. = côvados
cts. = cântaros
hs. = homens de cavadura
js. = jarras
l. = linho
ms. = moios
mcs. = marcos
mas. = mãos
ns. = navios
os. = onças
ots. = oitavas
pçs. = peças
pms. = palmos
ps. = pipas
qs. = quintais
qts. = quartos
rms. = resmas
ts. = tonéis
tls. = talhões
uns. = unidades
v. = vinho
vs. = varas

ÍNDICE GERAL

Vol. I

Nota prévia e agradecimentos	9
INTRODUÇÃO	13
<i>Notas</i>	21
Abreviaturas	23
1. Os espaços, os homens e as representações, do Príncipe Perfeito ao Venturoso	25
O espaço global	25
Os espaços regionais e locais	31
Entre Douro e Minho (Região Norte Litoral)	35
Trás-os-Montes (Norte Interior)	40
Beira (Beira Interior)	42
Estremadura (Lisboa, Ribatejo Norte, Estremadura e Beira Litoral)	49
Entre Tejo e Guadiana (Alentejo)	62
Algarve (Barlavento e Sotavento)	71
As ilhas (Açores e Madeira)	75
Representações espaciais	79
<i>Notas</i>	83
2. As hierarquias: sangue, função, talento, riqueza, trabalho, atitude, sexo e idade	117
O rei e a corte	118
Casas próximas da casa real. O predomínio feminino	119
Alta nobreza titulada. Recomposição e adaptação	124

Nobreza cortesã e militar. Na procura de cargos e de rendas	135
A aristocracia rural. Nobres de pelourinho, entre as quintas e os paços concelhios	141
O clero, alto, urbano e rural. Acumulação de riqueza	146
Magistrados, letrados e oficiais administrativos. Mobilidade e remuneração elevadas	155
Financeiros, mercadores e retalhistas. Um mundo de oportunidades	161
Artistas e artífices. Solicitados em toda a parte	179
Profissionais de saúde e de transportes. Saber e mobilidade	201
A comunidade aldeã. Solidariedade, capacidade de trabalho e hierarquias	217
Os dependentes. Criados e escravos	225
As minorias nacionais. Da abertura à intolerância	231
Indigentes e enfermos. De hospital em hospital	240
Marginais e criminosos. Entre os montes e as praças do Império	246
A mulher e a criança. Responsabilização crescente	248
<i>Notas</i>	253
3. Os recursos e os produtos: a urgência do Império	301
A procura. Produtos financeiros e matérias-primas estratégicas. Crescimento e picos	301
A produção agrícola, a pecuária e a silvicultura. Espaços cheios e novos sob pressão	319
As indústrias extractivas. Pedreiras, minérios metálicos e salinas	361
As indústrias transformadoras	369
A farinação e a panificação	370
A produção de azeite e vinho	381
A fabricação de panos e a confecção de roupa, tapetes e vestuário	396
A produção e a circulação do papel	412
Curtumes e indústrias subsidiárias	414
Indústrias da madeira e da cortiça	422
Cestaria, espartaria, esteiraria e cordoaria	438
Produtos minerais. Materiais de construção e artigos cerâmicos para contentorização e uso doméstico	442
Produtos tintoriais, resinas e vernizes	450
A produção metalúrgica	453
Produtos químicos militares	476
A saboaria	478
<i>Notas</i>	481
4. Os espaços de grande densidade produtiva e fiscalidade	525
<i>Notas</i>	545